

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971)

HISTÓRIAS DE INCENTIVOS E INSUCESSOS DA BORRACHA

Em 1968, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) estava empenha no incremento da produção de borracha. A edição do Diário Oficial de 26 de junho daquele ano, publicou os termos de um convênio entre o órgão de desenvolvimento da região e o Projeto de Heveicultura (Prohevea). Pelo convênio, a Sudam investiria 800 mil cruzeiros novos no fomento à produção de seringais. Era mais uma tentativa estatal para restabelecer a emblemática produção de borracha na Amazônia.

Desde o início do século XX, o cultivo da seringueira na Amazônia acumula longa trajetória, muitas histórias e pouco sucesso. Depois do esforço de guerra, na década dos anos 40, a iniciativa seguinte para se retomar a produção da borracha foi a criação, na década dos anos 60, do Projeto de Heveicultura da Amazônia (Prohevea); na mesma década, o Banco da Amazônia abriu mão do seu monopólio histórico de comprador e vendedor de borracha na Amazônia.

Na época, a Amazônia era a região única no mundo livre em condições de abastecer de látex a indústria norte americana. Foi depois do Acordo de Washington, firmado entre Brasil e Estados Unidos, que o presidente Getúlio Varga criou o Banco de Crédito da Borracha, em 1942, com participação acionária dos dois países e o desafio de revigorar os seringais nativos da região, cuja economia estava estagnada desde o fim da “Era da Borracha”. Em 1950, banco passou a ser chamado de Banco de Crédito da Amazônia S/A, no contexto do Primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia, implantado pelo governo Juscelino Kubitschek, marcado pela abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Em 1973, o governo do estado do Pará lançou seu próprio programa de estímulo à formação de seringais. Com abrangência nacional, o governo federal lançou, em 1972, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (Probor), cujo objetivo era o plantio de 18 mil hectares – meta nunca alcançada; cinco anos mais tarde nasceu o Probor II, que previu o plantio de 120 mil hectares, tendo

sido alcançados apenas 83 mil hectares; em 1982, o terceiro Probor surgiu com a proposta de se plantar no país mais 250 mil hectares, mas o fracasso se repetiu e não se floresceram mais de 20 mil hectares de seringais. O Pará não desistiu da borracha, sendo pioneiro no financiamento para o plantio de seringueira no âmbito da agricultura familiar com a implantação de um projeto na colônia Uraim, em Paragominas, financiado pelo Banco da Amazônia. Mas o projeto não foi adiante.

Na tentativa a de 1968, o convênio da Sudam com o Prohevea financiou um conjunto de ações de suporte ao incremento da produção de látex no Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Amapá. Pelo convênio, o Prohevea assumiu a responsabilidade de implantar viveiros de mudas, jardins clonais, seringais de demonstração (cada um com 20 hectares plantados, sendo oito no Acre, quatro no Amazonas, seis no Pará e um em Rondônia); e fornecer “tocos enxertados” aos heveicultores.

No Pará, o convênio beneficiou produtores de Castanhal; Tomé-Açu; Capitão Poço – onde os agricultores receberam incentivo para “conservação dos serviços existentes”; Curuçá e Belém. O convênio previu a implantação, nesses mesmos municípios, de nove hectares de “jardins clonais”, e 67 hectares de seringais de demonstração, sendo sete hectares em Castanhal, 20 em Capitão Poço, 20 em foram Curuçá, e 20 em Belém.

Em 1971, a produção da borracha foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, que investigou as razões do desestímulo à produção da borracha. O relatório da CPI foi encaminhado à Sudam, Prohevea, Banco da Amazônia e aos Ministérios da Agricultura, do Interior e do Planejamento e Coordenação Geral.

Nélio Palheta - *Jornalista*

** Excepcionalmente, a coluna será publicada nesta terça.*

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



Agenda Cultural

Programme-se!



CINEMA

Numa Escola de Havana

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

De 25 a 29/11 (quarta a domingo) - 18h



CINEMA

As memórias de Marnie

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

De 25 a 29/11 (quarta a domingo) - 20h



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioe.pa.gov.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR**:

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.